

Dutra consegue a 26^a assinatura para a CPI

Encerrado o processo contra ACM e Arruda, Jader diz que a cassação dos dois seria exagero

João Domingos
de Brasília

Com a adesão dos três senadores do PPS, de Maguito Vilela (GO), presidente do PMDB, e de Fernando Bezerra (PTB-RN), ex-ministro da Integração Nacional, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Corrupção tem agora 26 assinaturas. Mais uma, e já poderá ser instalada, pois o menor número exigido para a constituição de uma CPI é de 27 assinaturas de senadores. Mesmo assim, o líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE), considera muito difícil tornar viável a comissão parlamentar.

Dutra foi ontem à tribuna dizer que já tem as 26 assinaturas. O representante da oposição pediu ao presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), que presenciasse seu discurso, porque era importante, mas acabou não revelando nenhuma novidade. A não ser a sua disposição de, a partir de agora, desistir de procurar os senadores atrás de apoio para a instalação da CPI. Se alguém quiser assinar o requerimento, terá de procurá-lo, disse Dutra. "Não sou babá de senadores", disse.

Na avaliação de colegas, o comportamento de José Eduardo Dutra merece duas avaliações. Estaria sendo pressionado por senadores da própria oposição a desistir da coleta de assinaturas. Os nomes na lista da CPI da Corrupção estariam servindo apenas para que alguns parlamentares negociassem a liberação de suas emendas ao Orçamento com o Palácio do Planalto. Em troca da retirada de assinaturas do requerimento, conseguiriam os recursos para seus projetos já aprovados no Orçamento.

Ao mesmo tempo, José Eduardo Dutra poderia estar temeroso de também ser atingido pelos efeitos da lista dos votos da sessão secreta que cassou o mandato de Luiz Estevão, em junho do ano passado. Corre informações entre os senadores de que o líder do bloco de oposição teria visto a lista com os votos.

Ele já respondeu, no Conselho de Ética, que não a viu. Apenas ouviu rumores e recebeu algumas informações do ex-senador Antonio Carlos

Magalhães (PFL-BA) a respeito dos votos, inclusive de Heloísa Helena (PT-AL), que teria votado contra a cassação de Luiz Estevão.

Os senadores Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) e Lindberg Cury (PFL-DF), suplentes de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF), que renunciaram ao mandato, disseram que não vão assinar o requerimento da CPI da Corrupção.

Com as renúncias de Antonio Carlos e de Arruda, o presidente do Senado, Jader Barbalho, mandou arquivar a proposta do Conselho de Ética de abertura, pela Mesa do Senado, de processo contra os dois políticos por quebra do decoro parlamentar. O senador Carlos Wilson (PPS-PE), indicado relator do processo na Mesa, nem precisou trabalhar. Assim, os direitos políticos de Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda ficam preservados. Se desejarem, os dois poderão apresentar suas candidaturas na eleição do ano que vem.

Encerrado o processo por quebra de decoro contra Antonio Carlos e Arruda, Jader Barbalho disse ontem que se sentia livre para comentar a situação dos ex-parlamentares. Durante almoço com jornalistas, afirmou que, na sua opinião, é exagerada a pena de cassação do mandato para aqueles que, como os dois, foram acusados de violar o painel eletrônico de votação. "A cassação extrapolaria o crime cometido", disse Jader. Ele afirmou que Arruda e Antonio Carlos teriam de ser punidos de algum jeito, mas até mesmo a suspensão temporária do mandato, que tinha a concordância dos dois ex-senadores, "seria muito forte e até mesmo humilhante".

Jader disse que esperou o processo acabar para manifestar sua opinião porque agora não será mais o presidente do tribunal que julgaria os dois. O presidente do Congresso afirmou ainda que se tivessem esperado pelo plenário, dificilmente os ex-senadores seriam cassados. "Seriam punidos com a suspensão do mandato, mas não seriam cassados. Não acredito que 41 senadores tirariam os mandatos deles."